



**SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 24ª REGIÃO
RONDÔNIA E ACRE**

**PAUTA DE REIVINDICAÇÕES SOCIOECONÔMICAS DO GRUPO DE TRABALHO DE
ACORDO COLETIVO DE TRABALHO DO CRP-24**

ITEM 01 - GARANTIA DE DATA BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 1º de agosto de 2025 a 31 de julho de 2026 e a data-base da categoria em 1º de agosto.

ITEM 02 - COMPENSAÇÕES

Serão compensados todos os reajustes, antecipações, abonos e aumentos, espontâneos ou compulsórios, inclusive aqueles decorrentes de acordos coletivos, dissídios coletivos e da legislação, exceto os resultantes de promoção, equiparação salarial, transferência, atingimento de idade, mérito, término de aprendizagem ou aumento real concedido com esta natureza expressa

ITEM 03 - JORNADA DE TRABALHO

Fica pactuado entre as partes que, no âmbito do local habitual de trabalho, os empregados poderão adotar jornada reduzida de **30 (trinta) horas semanais**, cumpridas de **segunda a sexta- feira, das 8h às 14h**, sem prejuízo da remuneração mensal contratada, por conveniência e eficiência do serviço.

Contudo, **em caso de viagens a serviço**, a jornada de trabalho será considerada, **para fins de apuração de horas extraordinárias ou compensação em banco de horas**, nos moldes do contrato individual de trabalho ou legislação vigente, como sendo de **8 (oito) horas diárias**, perfazendo **40 (quarenta) horas semanais**.

Desse modo, nas hipóteses em que o(a) empregado(a) estiver em deslocamento ou atividade externa a serviço da instituição, as horas extraordinárias ou excedentes para fins de banco de horas somente serão consideradas **a partir da 9ª (nona) hora diária de efetivo labor**, observados os limites legais e o respectivo controle de jornada.

Parágrafo Único – Para efeitos desta cláusula, considera-se "viagem a serviço" todo deslocamento do empregado para fora da localidade do seu domicílio profissional,



SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 24ª REGIÃO
RONDÔNIA E ACRE

mediante autorização formal do empregador, ainda que por período inferior a um dia útil.



**SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 24ª REGIÃO
RONDÔNIA E ACRE**

ITEM 04 - AUMENTO REAL DE SALÁRIOS

As verbas remuneratórias estabelecidas neste instrumento serão reajustadas anualmente no mês de maio, de forma proporcional ao percentual de reajuste da anuidade do Conselho Regional de Psicologia da 24ª Região – CRP-24.

Parágrafo Primeiro: O reajuste somente será aplicado caso haja atualização efetiva da anuidade no exercício correspondente, na hipótese de não haver reajuste da anuidade, não haverá atualização das verbas remuneratórias dos(as) servidores(as).

Parágrafo Segundo: O índice será aplicado de forma linear sobre os valores vigentes à época, respeitada a capacidade orçamentária e financeira do Conselho.

Parágrafo Terceiro: O reajuste deverá observar os limites da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e a existência de previsão orçamentária aprovada

ITEM 05 - SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO

Em caso de substituição da(o) servidora(or), pelo prazo mínimo de 10 (dez) dias efetivamente trabalhados e consecutivos, será garantido à(ao) substituto o pagamento da diferença de salário e/ou gratificação de função em relação à(ao) substituída(o), observando-se a proporcionalidade do tempo de substituição.

ITEM 06 - PAGAMENTO DOS VENCIMENTOS

O Conselho efetuará o pagamento do saldo de salário até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês trabalhado.

Parágrafo Primeiro: A inobservância do prazo estabelecido para pagamento dos salários acarretará multa de 3% (três por cento) sobre o salário-base em caso de atraso no pagamento de até 20 (vinte) dias.

Parágrafo Segundo: Para o período subsequente ao mencionado no parágrafo anterior, a multa é de 1% (um por cento) por dia, conforme Precedente Normativo do Tribunal Superior do Trabalho

- TST.

ITEM 07 - PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES ANUAIS PARA SERVIDORAS(ES) DA ATIVIDADE-FIM



SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 24ª REGIÃO
RONDÔNIA E ACRE

O CRP-24 compromete-se a realizar o pagamento integral da anuidade profissional de pessoa física junto ao respectivo Conselho Regional de Psicologia, em nome das(os) servidoras(es) que exerçam atividades-fim no âmbito das comissões permanentes da autarquia.



**SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 24ª REGIÃO
RONDÔNIA E ACRE**

Parágrafo Primeiro: O benefício previsto nesta cláusula deverá ser concedido mediante requerimento e será devido exclusivamente às(aos) servidoras(es) que estejam formalmente designadas(os) e em exercício ativo nas Comissões de Orientação e Fiscalização (COF) ou de Orientação e Ética (COE), com atribuições relacionadas diretamente à orientação, fiscalização e disciplina do exercício profissional da Psicologia.

Parágrafo Segundo: A concessão do benefício será renovada anualmente, desde que mantida a lotação da(o) servidora(or) na comissão correspondente.

Parágrafo Terceiro: O desligamento da(o) servidora(or) da comissão antes do término do ano- base implicará o cancelamento automático do benefício no exercício seguinte, sem prejuízo do direito adquirido ao reembolso já efetivado.

Parágrafo Quarto: Caberá à Diretoria do CRP-24 regulamentar os procedimentos administrativos necessários à execução desta cláusula, inclusive quanto à comprovação da atuação efetiva nas comissões mencionadas ou outras futuramente criadas.

ITEM 08 - TOLERÂNCIA

À(ao) servidora(or) será concedida tolerância diária de 10 (dez) minutos para cobertura de eventuais atrasos. Os atrasos que excederem o tempo de tolerância serão descontados do banco de horas. Nos casos em que não houver o abono, os valores descontados serão limitados ao período da falta ou atraso ao trabalho, mantidas as condições mais favoráveis já praticadas.

ITEM 9 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM HORÁRIOS EXTRAORDINÁRIOS

O CRP-24 assumirá a responsabilidade de implantar e regulamentar o sistema de Banco de Horas no âmbito da autarquia, com a finalidade de permitir a compensação de horas extraordinárias realizadas pelas(os) servidoras(es), conforme previsto no artigo 59 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e de acordo com a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho – TST.

Parágrafo Primeiro: Horas extras são as horas trabalhadas pela(o) Servidora(or) fora do horário normal de trabalho, de segunda a sexta-feira, das 08 às 14h, que serão computadas para serem convertidas em folgas.

Parágrafo Segundo: O trabalho extraordinário realizado de segunda a sexta-feira



**SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 24ª REGIÃO
RONDÔNIA E ACRE**

(exceto feriados) será efetuado na proporção de 1,5 (uma e meia) para cada hora de efetivo trabalho e o trabalho extraordinário realizado aos sábados, domingos e feriados será computado na proporção de 2 (duas) para cada hora de efetivo trabalho.



SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 24ª REGIÃO
RONDÔNIA E ACRE

Parágrafo Terceiro: Em viagens, para fins de acumulação em banco de horas, será computada a hora extra somente a partir da 9ª (nona) hora efetivamente trabalhada.

Parágrafo Quarto: No caso de ser atingido o saldo de 7 (sete) dias acumulados, deverá o caso ser submetido à Diretoria, sendo obrigatório que o gozo das folgas seja nos 6 (seis) meses subsequentes a hora extra realizada.

ITEM 10 - ANUÊNIO

O Conselho concederá às(aos) suas(seus) servidoras(es), adicional de salário à razão de 1% (um por cento) da remuneração, para cada ano de serviço prestado, a fim de diferenciar o tempo de serviço, garantidas as condições mais favoráveis já praticadas.

ITEM 11 - SERVIÇOS EXTERNOS

O CRP-24 assegurará o ressarcimento integral das despesas de transporte efetuadas por suas(seus) servidoras(es) no desempenho de atividades externas a serviço da autarquia, na jurisdição dos municípios de Porto Velho/RO e Rio Branco/AC.

Parágrafo Primeiro: O ressarcimento compreenderá exclusivamente despesas com serviços de transporte individual, tais como táxi e aplicativos de transporte privado por demanda (por exemplo, Uber, 99 e similares), desde que utilizados no interesse do serviço.

Parágrafo Segundo: O pedido de ressarcimento deverá ser acompanhado de comprovantes válidos das despesas realizadas, tais como recibos eletrônicos, notas fiscais ou comprovantes emitidos pelos aplicativos, devendo constar a data, o trajeto, o valor e a identificação do prestador do serviço.

Parágrafo Terceiro: O processo de análise e pagamento do ressarcimento deverá ser concluído no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da entrega da documentação completa pela(o) Servidora(or).

ITEM 12 - FÉRIAS

Fica assegurado às(aos) servidoras(es) o direito de converter 1/3 (um terço) do período de férias a que tiverem direito em abono pecuniário, correspondente à remuneração dos dias convertidos. **Parágrafo Primeiro:** A(o) servidora(or) que desejar



SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 24ª REGIÃO
RONDÔNIA E ACRE

exercer este direito deverá formalizar o pedido até 15 (quinze) dias antes do término do respectivo período aquisitivo, conforme estabelece o §1º do art. 143 da CLT.

Parágrafo Segundo: O pagamento do abono será efetuado juntamente com a remuneração das



**SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 24ª REGIÃO
RONDÔNIA E ACRE**

férias, nos prazos previstos na legislação trabalhista.

Parágrafo Terceiro: O CRP-24 se compromete a divulgar, anualmente, orientações e prazos internos para que as(os) servidoras(es) possam exercer esse direito dentro do período legal.

ITEM 13 - PROLONGAMENTO DE FERIADOS

O CRP-24 planejará, no mês de janeiro de cada ano, calendário relativo aos dias intercorrentes aos feriados e pontos facultativos.

Parágrafo Único: a divulgação do calendário deverá ser feita até o 5º (quinto) dia útil do mês de fevereiro.

ITEM 14 - RECESSO DE FINAL DE ANO

Concessão de recesso às(aos) Servidoras(es) do CRP-24 pelo período de 14 (catorze) dias a compreender da semana do Natal à semana do Ano Novo, vinculado à compensação prévia das horas ou à suspensão formal das atividades do órgão.

ITEM 15 - FOLGA NO DIA DO ANIVERSÁRIO DA(O) SERVIDORA(OR)

Concessão de folga no trabalho à(ao) Servidora(or) do CRP-24 no dia de seu aniversário, vinculada à conveniência administrativa, mediante autorização da chefia imediata e compatibilidade com a demanda de serviço.

ITEM 16 - AUXÍLIO-TRANSPORTE

O valor do vale-transporte a ser concedido aos(às) servidores(as) deste Conselho será calculado com base na tarifa vigente do transporte coletivo municipal estabelecida pelo Poder Público dos municípios onde houver lotação funcional, notadamente Porto Velho/RO e Rio Branco/AC. **Parágrafo Primeiro:** Fica ajustado que eventuais reajustes tarifários promovidos pelas autoridades municipais competentes serão automaticamente aplicados ao valor do benefício, sem necessidade de ato normativo complementar, uma vez que o montante do vale-transporte está diretamente vinculado à tarifa oficial praticada em cada localidade.

Parágrafo Segundo: Nos termos da legislação vigente, haverá o desconto de 6% (seis por cento) sobre o salário-base do(a) servidor(a) a título de coparticipação no custeio do benefício, sendo o valor excedente integralmente suportado pelo



**SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 24ª REGIÃO
RONDÔNIA E ACRE**

Conselho.

ITEM 17 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO



**SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 24ª REGIÃO
RONDÔNIA E ACRE**

O Conselho pagará Auxílio-Alimentação às(aos) Servidoras(es) conforme dispõe o Art. 22 da Lei nº 8.460/1992. O valor mensal de auxílio alimentação será o fixado pela Portaria MGI nº 2.797, de 29 de abril de 2024, no valor de R\$1.000,00 (mil reais), ou portaria que venha substituí-la. A concessão do auxílio-alimentação será feita em pecúnia e terá caráter indenizatório. O Auxílio- Alimentação será devido inclusive em caso de afastamento por motivo de férias, saúde e/ou licenças da(o) Servidora(or).

ITEM 18 - APRIMORAMENTO PROFISSIONAL

O Conselho proporcionará cursos de “aprimoramento profissional”, a serem ministrados para todas(os) as(os) servidoras(es), de acordo com a demanda configurada em pesquisa prévia.

ITEM 19 - ASSISTÊNCIA À SAÚDE

O Conselho participará no custeio da assistência à saúde suplementar das(os) Servidoras(es), considerando o disposto no Art. 230 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. O valor mensal do Auxílio-Saúde será o fixado pela Portaria MGI nº 2.829, de 29 de abril de 2024, ou portaria que venha substituí-la. O Auxílio-Saúde será pago em pecúnia e terá natureza indenizatória, por meio de ressarcimento.

ITEM 20 - SEGURIDADE SOCIAL NO TRABALHO

O CRP-24 poderá garantir às(aos) servidoras(es) afastadas(os) do trabalho por motivo de saúde, decorrente de doença ou acidente, a complementação do valor recebido a título de benefício previdenciário (auxílio-doença ou auxílio por incapacidade temporária), de forma que a remuneração líquida percebido alcance até 100% (cem por cento) do valor que a(o) servidora(or) receberia se estivesse em efetivo exercício.

Parágrafo Primeiro: A complementação será concedida por até 90 (noventa) dias consecutivos, e sua prorrogação estará sujeita a deliberação da Diretoria, considerando critérios técnicos, parecer da Assessoria Jurídica, manifestação da área de Gestão de Pessoas e disponibilidade orçamentária.

Parágrafo Segundo: A complementação terá caráter indenizatório, será paga após a



SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 24ª REGIÃO
RONDÔNIA E ACRE

comprovação do deferimento e recebimento do benefício pelo INSS, e cessará automaticamente com o encerramento do afastamento ou a concessão de benefício previdenciário permanente, como a aposentadoria por incapacidade permanente.

Parágrafo Terceiro: A regulamentação dos critérios e procedimentos para a concessão desta



SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 24ª REGIÃO
RONDÔNIA E ACRE

complementação será objeto de ato administrativo normativo da Diretoria, garantindo transparência e segurança jurídica ao processo.

21 - ATESTADOS DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE

- a) Serão aceitos em qualquer hipótese para efeito de abono, os atestados de profissionais de saúde (médicos, odontológicos e psicológicos) fornecidos por órgão público de saúde ou de particulares, inclusive os que comprovem acompanhamento de familiar, ascendentes e descendentes.
- b) Serão aceitos para abono da ausência de responsáveis, os atestados emitidos por profissionais de saúde em nome de(s) filho(s) menor(es) de 16 (dezesesseis) anos.
- c) O atestado de saúde deve ser apresentado ao chefe imediato em até 48 horas, em meio físico ou digital.

ITEM 22 - COMBATE AO ASSÉDIO MORAL

O CRP-24 se compromete a implementar uma Política de Combate ao Assédio, com o objetivo de garantir um ambiente de trabalho saudável, respeitoso e livre de qualquer forma de assédio, seja ele moral, sexual ou qualquer outro tipo de comportamento discriminatório ou coercitivo.

Parágrafo Primeiro: A autarquia assegurará que todas as suas práticas, relações e processos de gestão de pessoas estejam em conformidade com a legislação vigente visando prevenir, combater e eliminar qualquer forma de assédio no ambiente de trabalho.

Parágrafo Segundo: Será disponibilizado treinamento periódico para todos os colaboradores, a fim de conscientizar sobre o que caracteriza o assédio e as formas adequadas de denúncia, respeitando a confidencialidade e a integridade das partes envolvidas.

Parágrafo Terceiro: Deverá ser disponibilizado canais de comunicação específicos, para que as(os) trabalhadoras(es) possam formalizar denúncias de assédio de maneira segura e sem temor de retaliações, sendo todas as denúncias analisadas e tratadas de forma séria e transparente.

Parágrafo Quarto: Em caso de confirmação de assédio, o CRP-24 tomará as providências necessárias, que poderão incluir medidas disciplinares, conforme a gravidade do caso, observando sempre os direitos e a dignidade da(o) servidora(or).



**SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 24ª REGIÃO
RONDÔNIA E ACRE**

Parágrafo Quinto: Fica assegurado que a dispensa de servidora(or) ocupante de cargo efetivo observará os termos das Leis Federais nº 8.112/1990 e nº 9.784/1999 para fins de apuração e da justificativa, bem como Resoluções e Normativas do Sistema Conselhos, desde que não



**SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 24ª REGIÃO
RONDÔNIA E ACRE**

contrariem a Lei.

ITEM 23 - IMPLANTAÇÃO DE PCCS

O Conselho se compromete a formular proposta do Plano de Cargos, Carreiras e Salários para o quadro funcional do CRP-24, garantindo a participação paritária das(os) Servidoras(es) Efetivas(os).

ITEM 24 - DA VIGÊNCIA DO ACORDO COLETIVO

- a) O Acordo Coletivo de Trabalho vigorará de 1º de agosto de 2025 a 31 de julho de 2026.
- b) O GT de Acordo Coletivo de Trabalho e o Conselho poderão se reunir, para negociação dos itens econômicos do Acordo Coletivo a ser firmado.
- c) Não havendo novo Acordo Coletivo de Trabalho para os próximos períodos, continuarão em vigor as cláusulas sociais e sindicais estabelecidas neste Acordo Coletivo, até que novo instrumento seja firmado.

ITEM 25 - ABRANGÊNCIA

Aplica-se o presente acordo, na sua integralidade, a todos os servidores do Conselho Regional de Psicologia da 24 Região - Rondônia e Acre, e aos admitidos após a data-base.

ITEM 26 - CASOS OMISSOS

Os assuntos não previstos em Lei e no Acordo Coletivo de Trabalho deverão ser acordados entre o Conselho e o GT de Acordo Coletivo de Trabalho.

ITEM 27 - CLÁUSULA PENAL

Fica estabelecida a multa ao Conselho no valor de 1% (um por cento) do salário normativo de cada servidora(or), cumulativamente, em caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas contidas no Acordo Coletivo de Trabalho, em favor da parte prejudicada.

Parágrafo Único: Para que a cláusula penal seja aplicada deverá ser observado o contraditório e a ampla defesa, limitado ao valor de uma remuneração mensal por



**SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 24ª REGIÃO
RONDÔNIA E ACRE**

infração.

ITEM 28 - AÇÃO DE CUMPRIMENTO E COMPETÊNCIA

O GT de Acordo Coletivo de Trabalho é competente para propor em nome da categoria, ação de



**SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 24ª REGIÃO
RONDÔNIA E ACRE**

cumprimento, em todo sua jurisdição, em relação às cláusulas do Acordo Coletivo de Trabalho a ser firmado.